



Número: **0854418-08.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **11/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GUTENBERG GOMES DOS SANTOS (AUTOR)		KEITIANY SANTOS CAVALCANTI DE LIMA (ADVOGADO) Wellyngton José Cavalcanti de Lima (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24322 798	11/09/2019 14:31	Petição Inicial	Petição Inicial
24323 255	11/09/2019 14:31	Inicial de Gutemberg pdf	Outros Documentos
24323 256	11/09/2019 14:31	procuração	Procuração
24323 257	11/09/2019 14:31	certidão de registro de ocorrência policial	Documento de Comprovação
24323 258	11/09/2019 14:31	certidão de ocorrência de atendimento pré hospitalar corpo de b	Documento de Comprovação
24323 259	11/09/2019 14:31	laudo médico de resumo e alta	Documento de Comprovação
24323 261	11/09/2019 14:31	protocolo de entrega de docs na Seguradora	Documento de Comprovação
24323 263	11/09/2019 14:31	carta da Lider de cadastro do processo	Documento de Comprovação
24323 266	11/09/2019 14:31	carta da Lider Seguradora 1	Documento de Comprovação
24323 267	11/09/2019 14:31	atestado médico	Documento de Comprovação
24323 273	11/09/2019 14:31	documentos pessoais	Documento de Identificação
24323 277	11/09/2019 14:31	comprovante de residência	Documento de Comprovação
24323 278	11/09/2019 14:31	declaração de pobreza	Documento de Comprovação
24555 247	19/09/2019 16:08	Despacho	Despacho
30754 300	18/05/2020 16:03	Petição	Petição
30754 308	18/05/2020 16:03	Petição de Gutemberg	Outros Documentos
30754 311	18/05/2020 16:03	DECLARAÇÃO ISENTO DE IMPOSTO DE RENDA	Documento de Comprovação
30754 319	18/05/2020 16:03	CTPS Gutemberg 1	Documento de Comprovação
30754 320	18/05/2020 16:03	CTPS Gutemberg 3	Documento de Comprovação

30754 323	18/05/2020 16:03	CTPS Gutemberg qualificação 2	Documento de Comprovação
30754 325	18/05/2020 16:03	CTPS Gutemberg qualificação	Documento de Comprovação
30796 634	19/05/2020 22:58	Certidão	Certidão
30801 829	20/05/2020 09:13	Despacho	Despacho

Petição Inicial em PDF em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB.

GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS, brasileiro, casado, mecânico, portador do CPF nº450.711.874-34,, residente e domiciliado a Rua Rangel Travassos, nº 1.117, Rangel, João Pessoa-PB. CEP: 58070-120. Vem com o devido respeito e acatamento a presença de Vossa Excelência por seu Advogado, conf. Procuração Anexa, com endereço profissional localizado a Rua Manoel Pessoa dos Anjos, nº 64, Valentina I, João Pessoa – PB, CEP: 58063-220, para fins do art. 106, I, do NCPCproporem como efetivamente propõem, a presente **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PARA RECEBIMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT POR INVALIDEZ DE CARATER PERMANENTE**, contra a **LIDER SEGURADORA DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608.0001-04 com endereço onde deverá ser citada a Rua Senador Dantas nº74, 5º Andar, Rio de Janeiro - RJ. CEP: 2031-254, onde deverá ser citada, para querendo no prazo legal, oferecer contestação sob pena de revelia e confissão, devendo esta citação se proceder pelos correios, através de AR - Carta com aviso de recebimento. O que faz com amparo na Lei nº 8.441/92 que deu nova redação a Lei Federal 6.194/74, e demais disposições a matéria aplicada.

DOS FATOS

MM JULGADOR, conforme se depreende no Boletim de Ocorrência Policial, acostado nesta oportunidade, podemos constatar que no 04/04/2018, por volta das 15:30 horas aproximadamente, o postulante conduzia uma motocicleta de dados não conhecidos, pertencente a um cliente que apareceu naquele dia em sua oficina, pela Rua Jornalista Rafael Mororó, quando adentrou a Avenida São Judas Tadeu (preferencial), sem observar a sinalização de parada obrigatória, momento em que foi colidido por um veículo Ford KA, placas NPR 8379, conduzido por uma mulher conhecida por ser neta de “tonho do cachorro quente”, moradora do mesmo bairro. Que o postulante caiu ao solo sofrendo fratura da tíbia + maléolo lateral esquerdo. Que o postulante foi socorrido por socorrido por uma ambulância do Corpo de Bombeiros, e conduzido ao Complexo Hospitalar de Mangabeira (Trauminha), tendo permanecido sob



cuidados médicos, e foi submetido a tratamento cirúrgico para redução e fixação interna, em decorrência das fraturas que sofreu devido ao acidente, conforme faz prova com o Laudo Médico de Resumo e Alta, doc. em anexo.

MM JUIZ Ficará provado durante a instrução processual que o Autor ficou com Seqüelas de Caráter Permanente, em decorrência do acidente sofrido. Portanto vale a pena destacar, que o promovente buscou receber a indenização perseguida via Administrativa, conforme carta da Seguradora Lider comprovando o cadastro do processo, carta enviada pela Seguradora Lider, e protocolo de entrega de documentos na Seguradora, docs doc. em anexo, mas a Seguradora estava exigindo do postulante uma Declaração do proprietário do Veículo, e o postulante, nunca mais voltou a ver o proprietário do veículo, então não tinha como atender a essa exigência da Seguradora Ré, além da promovida colocar várias dificuldades para pagar a indenização perseguida, mesmo o autor apresentando toda a documentação requerida. De modo que resolveu buscar a prestação Jurisdicional do Estado, através de Vossa Excelência, para reaver aquilo que lhe é de direito. Conforme foi relatado no intróito deste petítório, o Autor provará que em virtude do sinistro sofrido, ficou com DEBILIDADE DE CARATÉR PERMANENTE, portanto deverá Vossa Excelência determinar que a escrivania deste Juízo, encaminhe ofício ao IPC - Instituto de Polícia Científica da Capital-PB, para que seja nomeado perito oficial, e este possa proceder com o Exame de Corpo de Delito na pessoa do sinistrado, e em resposta aos quesitos, o Sr. Perito possa atestar a Debilidade Suportada pelo Autor. Aproveita a oportunidade par apresentar os quesitos, que deverão ser respondidos pelo Perito signatário.

Que a Lei 11.482/2007 institui o seguro DPVAT, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Buscaram a prestação Jurisdicional do Estado através de V. Exa. Para recebimento do benefício em tela, já que pela via administrativa as seguradoras fazem de tudo para não pagarem, e quando resolvem pagar, geralmente pagam um valor muito abaixo do que recomenda a Lei que regula a matéria ventilada.

Já com relação ao valor indenizável, neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hastes forenses, inclusive o próprio STJ,



como veremos adiante. O valor de cobertura do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre DPVAT por DEBILIDADE DE CARATER PERMANENTE é de até R\$13.500,00 (Treze Mil e Quinhentos Reais).

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no Art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas com assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada.”

Em sendo assim requer a prestação Jurisdicional do Estado através de V. Exa para reaver aquilo que lhe é de direito.

Diante do exposto requer:

A concessão da Justiça gratuita com amparo na Lei 1060/50, por não dispor o postulante de recursos financeiros para arcar com o pagamento das custas e despesas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.

A citação da Seguradora Ré, no endereço acima indicado, para que a mesma possa querendo no prazo legal, oferecer contestação, sob pena de revelia e confissão. Que esta citação se proceda pelos correios, através de AR - Carta com Aviso de Recebimento.

Que seja a Seguradora promovida, condenada a pagar ao postulante a quantia de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros e correção monetária, a partir da data citação. Bem como as custas e despesas processuais, e aos honorários de sucumbência no percentual a ser determinado por Vossa Excelência, estes devido ao patrono do Autor. Bem como seja a promovida condenada também ao pagamento dos honorários Periciais.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, notadamente o depoimento pessoal do postulante, bem como do representante legal da promovida em audiência se necessário for.

Nestes Termos

Pede Deferimento



Dar-se a causa o valor de R\$ 13,500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeito meramente fiscal.

Quesitos que deverão ser respondidos pelo Sr. Perito.

- 1- Que em virtude do Acidente, o sinistrado ficou afastado de suas atividades laborais?
- 2- Quais os procedimentos cirúrgicos, a que foi submetido o periciando?
- 3- Se de acordo com as seqüelas produzidas pelo acidente, é possível informar se estas foram de CARATÉR PERMANENTE? E qual o Percentual?

Nestes termos

Pede deferimento

João Pessoa, 11 de setembro de 2019.

Wellyngton José Cavalcanti de Lima
ADV. OAB-PB nº. 9283

Keitiany Santos Cavalcanti Abath
ADV. OAB/PB nº20. 061



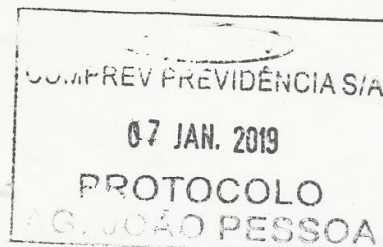
PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

OUTORGANTE: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS, brasileiro, casado, mecânico, portador do RG nº 1.049.597 2ª Via SSP/PB, inscrito no CPF nº 450.711.874-34, residente e domiciliado na Rua Rangel Travassos, nº 1117, Varjão, João Pessoa - PB. CEP: 58070-120.

OUTORGADO: A Bela Keitiany Santos Cavalcanti Abath, brasileira, advogada, inscrita na OAB-PB sob o nº 20.061, email: keitianysantos@gmail.com, telefone: 98880-9148 e o Bel. Wellyngton José Cavalcanti de Lima, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB-PB sob n.9.283, telefone: 998679-0113, ambos com escritório profissional estabelecido a Rua Dom Pedro I, Edf. Capital Center, sala 405, Centro, João Pessoa - PB, onde deverão receber intimações de estilo (art.39 do CPC), outorgando-lhe amplos poderes para o bom e fiel cumprimento do mandato, bem como para o foro em geral conforme estabelecido no artigo nº38 do Código de Processo Civil, e os especiais para substabelecer, receber intimações, receber alvará judicial nominal ao outorgante no Banco do Brasil, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom, firme e valioso, com fim específico para funcionar como advogados do Outorgante na **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PARA RECEBIMENTO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT POR INVALIDEZ DE CARATER PERMANENTE** contra a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, que tramitará em um dos Juizados Especiais Cíveis da comarca de João Pessoa - PB. Dando tudo por bom, firme e valioso.

João Pessoa, 24 de abril de 2018.

Gutemberg Gomes dos Santos
Outorgante





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01269.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01269.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 10:50 horas do dia 10 de julho de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto do Egito de Sousa, matrícula 905178, e lavrado por Alcebiades Barbosa de Azevedo, Escrivão de Polícia, matrícula 1557246, ao final assinado, compareceu **Gutemberg Gomes dos Santos**, CPF nº 450.711.874-34, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Mecânico, filho(a) de Maria José Lopes dos Santos e Americo Gomes dos Santos, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 18/01/1970 (48 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Rangel Travassos, Nº 1117, bairro Varjão, tendo como ponto de referência Próximo Ao Colégio Elshadai, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98813-4136.

Dados do(s) Fatos:

Local: Avenida São Judas Tadeu, Próximo À Oficina Miramar, João Pessoa/PB, bairro Rangel; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 04/04/18 15:30h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

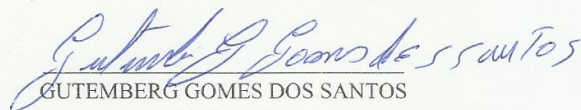
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Conduzia uma motocicleta de dados não conhecidos, pertencente a um cliente da oficina do declarante, pela rua Jornalista Rafael Mororó, quando adentrou à avenida São Judas Tadeu (preferencial), sem observar a sinalização de parada obrigatória, momento em que foi colidido por um veículo Ford Ka, placas NPR 8379, conduzido por uma mulher conhecida por ser neta de "tonho do cachorro quente", moradora do mesmo bairro. Afirma que a condutora permaneceu no local. Afirma que o BPTRAN não foi ao local e que uma ambulância do corpo de bombeiros socorreu o declarante ao Complexo Hospitalar de Mangabeira, conforme Laudo Médico - Resumo de Alta que ora apresenta. Afirma que não possui CNH e que não deseja representar criminalmente contra a condutora do veículo.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 10 de julho de 2018.


ALCEBIADES BARBOSA DE AZEVEDO
Escrivão de Polícia


GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS
Noticiante

Procedimento Policial: 01269.01.2018.1.00.420

1/1





VISTO EM: 05/07/18
MARCELO DE SANTANA
1º TEN. - Mat.: 526.630-6
RG 2411 CPF 149.776.397-53
Comandante do BAPH

**BATALHÃO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
3ª SEÇÃO - OPERAÇÕES**

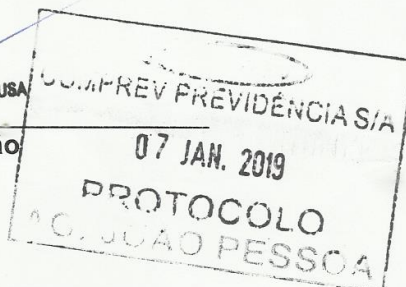
João Pessoa-PB, 04 de Julho de 2018.

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA Nº. 0274/2018

Certifico que revendo as fichas de ocorrências atendidas no dia 04/04/2018, conforme requerimento nº 0280/18, solicitado pela pessoa interessada, consta que foi socorrido(a) por volta das 15h59min o/a Sr.(a) **GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS**, CPF nº 450.711.874-34, vítima de acidente de (colisão (carro x moto)) ocorrido na Av. São Judas Tadeu, Rangel – João Pessoa/PB. Que a guarnição da viatura de prefixo AR-44, tendo como chefe o **CABO BM JOHNATA MACIEL DA CRUZ**, Matrícula 522.766-6. Vítima consciente e orientada, com escoriações e suspeita de fratura de membro inferior. Que após os procedimentos de imobilização a referida guarnição a transportou na viatura acima citada para o Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcísio Buriti.

Para constar, eu **André Vieira de Souza** - CB 3V, Mat. 523.518-9, () auxiliar da 3ª Seção/BAPH, digitei a presente certidão, que vai assinada por mim e pelo(a) chefe da 3ª Seção/BAPH.

JYHARMESON DIEGO A. DE SOUSA
2º TEN. MAT. 527.341-2
Chefe da 3ª Seção



**GOVERNO
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - Batalhão de Atendimento Pré-hospitalar.
Rua Doutor Orestes Lisboa, S/nº, Conj. Pedro Gondim, 58.031-090, João Pessoa-PB
Fone: (83) 3243-9044 / (83) 3216-5751 / (83) 3218-7979 (FAX) - E-mail: craphbbs@bombeiros.pb.gov.br



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE 48	SEXO masc	COR	CLÍNICA Ortopedia	ENF.16	LEITO:156
DATA DE ADMISSÃO 04/04/2018		DATA DE ALTA 19/04/2018		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura Diafisária de Tíbia+ maléolo lateral esq</i>				CID S82.2 + S82.6	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO <i>O mesmo</i>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES <i>Rx de Perna demonstrando solução de continuidade óssea da Tíbia E FIBULA</i>					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO					
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDICÕES DE ALTA (X) MELHORADO () REMOVIDO () A PEDIDO () CURADO ()					
ÓBITO					

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Paciente portador(a) de fratura diafisária da Tíbia foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de redução e fixação interna. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica, antitrombótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...

REPOUSO: Relativo em casa por 15 dias.
Retorno às atividades sem esforço físico em 30 dias.
Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 90 dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: Cefalexina e cetoprofeno.

RETORNO: Ao posto de saúde em 21 dias.
Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 7 dias para revisão.

19/04/2018


DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0005597/19
Vítima: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS
CPF: 450.711.874-34
CPF de: Próprio
Data do acidente: 04/04/2018
Titular do CPF: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS
Seguradora: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Boletim de ocorrência
Comprovação de ato declaratório
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação

WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA : 287.714.604-97

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS : 450.711.874-34

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

3120016955

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 07/01/2019
Nome: WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA
CPF: 287.714.604-97

WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 07/01/2019
Nome: ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA
CPF: 109.758.064-40

ADAILTON SANTOS DE OLIVEIRA





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Janeiro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190016455

Vítima: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

Data do Acidente: 04/04/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até 30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

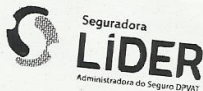
Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 13797794





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 09 de Janeiro de 2019

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190016455

Vítima:

GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

Data do Acidente: 04/04/2018

Cobertura:

INVALIDEZ

Procurador:

WELLYNGTON JOSE CAVALCANTI DE LIMA

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:
Boletim de ocorrência incorreto(a). necessário verificar as informações e apresentar o documento com os dados corretos.

Declaração do Proprietário do Veículo não enviado(a). não acusamos o recebimento do documento, necessário apresentar.
O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 13794608





ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido / do(a) Sr.(a) **GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS** portador(a) da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às _____ horas, portador(a) da patologia CID-10 **S82.2+S82.6**, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de **60** (**SESSENTA**) dias, a partir desta data.

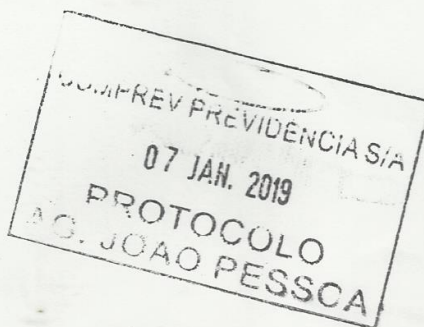
João Pessoa, **19 04 2018**

Dr. Fellipe Bezerra
MÉDICO
CRM-PB 11126

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

AUTORIZAÇÃO

Eu, **Gutemberg Gomes dos Santos** autorizo o(a) Dr.(a) _____ a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.



GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS
RUA RANGEL TRAVASSOS, 1117 - VARIAO
JOAO PESSOA / PB CEP: 50070-120 (AG 1)
Emissao: 19/12/2018 Referência: Dez / 2018
Classes/Subcls: RESIDENCIAL / BAIKA RENDA MONOFASICA R230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP: 50071-480
Roteiro: 12 - 2 - 416 - 5320 Nº medidor: 03008165549



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ 09.095.153/0001-40 Insc. Est. 16.015.823/4
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 17.291.053
Cód. para Déb. Automático: 00008557290

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF / CNPJ / RANI
Dez / 2018 19/12/2018 21/01/2019 460.711.874-34
Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/855729-0

Canal de contato

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.436, de 26 de abril de 2002.
O Desligamento Programado é uma interrupção de energia necessária para realizar manutenção e melhorias na rede elétrica. Para saber se haverá desligamento na sua região acesse o nosso site ou o app Energisa On. Fique atento ainda aos avisos por SMS, e-mail, carta, jornal e rádio.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias				
Data	Leitura	Data	Leitura							
21/11/18	2375	19/12/18	2390	1	115	20				
Demonstrativo										
CCl	Descrição	Quantidade	Tarifa / Tributos Totais(R\$)	Valor Base Calc. ICMS(R\$)	Alq. ICMS(R\$)	Base Calc. Po(R\$) (1,0045%)	Colm(R\$) (0,0055%)			
0601	Consumo até 30kW/h-BR	30.000	0,287890	8,63	8,63	27	2,33	8,63	0,09	0,73
0601	Consumo - 31 a 100kW/h-BR	70.000	0,493540	34,54	34,54	27	9,32	34,54	0,37	1,72
0601	Consumo - 101 a 220kW/h-BR	15.000	0,740300	11,10	11,10	27	3,01	11,10	0,12	0,55
0610	Adic. B. Amarela			0,28	0,28	27	0,07	0,28	0,00	0,01
0610	Subsídio			44,23	44,23	27	11,94	44,23	0,49	2,22
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0907	CONTRE SERVILUM PUBLICA			2,18	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0906	Devolução Subsídio			-29,60	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCl Código de Classificação do Item TOTAL 71,36 93,79 76,67 93,79 1,07 4,93
Média últimos meses (kWh) VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

27/12/2018 R\$ 71,36
Histórico de Consumo (kWh)

132 | 114 | 134 | 125 | 132 | 133 | 57 | 106 | 109 | 107 | 142 | 135
Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/18 Jul/18 Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18

RESERVADO AO FISCO

9c6f.4a95.7661.891a.9ab0.534f.a8da.c12c.

Indicadores de Qualidade Composição do Consumo

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	5,07	0,37	Serviço de Dist. da Energia/PB	12,95	18,14
DIC TRIMESTRAL	10,15		Compra de Energia	13,48	25,90
DIC ANUAL	20,30		Serviço de Transmissão	2,22	2,93
FIC MENSAL	2,30	1,00	Encargos Solvidos	3,06	4,29
FIC TRIMESTRAL	6,90		Imunidade Diretos e Encargos	24,95	49,84
FIC ANUAL	13,20		Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	2,88	0,37	Total	71,36	100,00
DICRI	12,22				

ATENÇÃO

REAVISO DE VENCIMENTO: Caso não seja fatura(s) a todo o lado reboada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 03/01/2019. Conforme Resolução 114 da ANEEL, O pagamento após essa data não elimina a possibilidade de devolução suspensa do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as cortas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso a tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsiderar essa mensagem. Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de não pagamento. Sua unidade foi faturada como Baixa Renda. Tendo um desconto de R\$29,80. - Letura confirmada

ENERGISA PARAIBA VENCIMENTO TOTAL A PAGAR

Roteiro: 12 - 2 - 416 - 5320 27/12/2018 R\$ 71,36
Matricula: 855729-2018-12-5 83670000000-0 71360149000-4 08557292018 12500002019-3



CARTÓRIO CELEIDA 1º SERVIÇO NOTARIAL DISTRITAL COMARCA DA CAPITAL

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. CELEIDA COSMO PEREIRA SILVA - Tabelia. em 07/01/2019 11:48:24
Emol:R\$2,49 FEPJ R\$0,12 FARPEN:R\$0,41 ISS R\$ 0,11. Selo Digital- AHY15623-PPAI Consulte em
https://selodigital.tjbpb.jus.br



CARTÓRIO CELEIDA 1º SERVIÇO NOTARIAL DISTRITAL COMARCA DA CAPITAL

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. CELEIDA COSMO PEREIRA SILVA - Tabelia. em 07/01/2019 11:48:13
Emol:R\$2,49 FEPJ R\$0,12 FARPEN:R\$0,41 ISS R\$ 0,11. Selo Digital- AHY15622-AIVO Consulte em
https://selodigital.tjbpb.jus.br

REGISTRO GERAL 1.049.597 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 07/05/2014
NOME GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS
FILIAÇÃO AMÉRICO GOMES DOS SANTOS
MARIA JOSÉ LOPES DOS SANTOS
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
JOÃO PESSOA-PB 18/01/1970
DOC ORIGEM
CASAM N.29250 FLS.134 LIV.14622
CARTÓRIO 1º JOÃO PESSOA-PB
450.711.874-34
ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



CARTÓRIO CELEIDA 1º SERVIÇO NOTARIAL DISTRITAL COMARCA DA CAPITAL

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original que me foi exibido. Dou fé. CELEIDA COSMO PEREIRA SILVA - Tabelia. em 07/01/2019 11:48:33
Emol:R\$2,49 FEPJ R\$0,12 FARPEN:R\$0,41 ISS R\$ 0,11. Selo Digital- AHY15624-T966 Consulte em
https://selodigital.tjbpb.jus.br



Num. 24323277 - Pág. 1

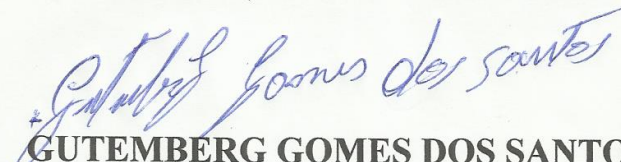
DECLARAÇÃO

GUTEMBERG GOMES

DOS SANTOS, brasileiro, casado, mecânico, portador do RG nº 1.049.597 2ª Via SSDS/PB, inscrito no CPF nº 450.711.874-34, residente e domiciliado a Rua Rangel Travassos, n/ 1.117, Rangel, João Pessoa-PB. CEP: 58063-220. DECLARO de sã consciência e para que surta seus efeitos legais, inclusive pra fazer provas perante uma das Varas Cíveis De Mangabeira comarca de João Pessoa-PB. Em meu favor, que sou pobre na forma da Lei 1060/50. Desse modo não disponho de recursos financeiros para arcar com o pagamento das custas e despesas processuais, sem prejuízo de meu próprio sustento e da minha família.

Declaro ainda ser conhecedor das sanções a que poderei responder cível e criminalmente caso esta DECLARAÇÃO não expresse a verdade, de acordo com o que preceitua o Art.299 do Código Penal Brasileiro.

João Pessoa, 02 de abril de 2019.


GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS
DECLARANTE





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0854418-08.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos.

Infere-se dos autos que a parte promovente, por seu advogado, pugnou pela gratuidade da justiça, declarando-se pobre na forma da lei.

Analisando a inicial, verifica-se que o autor se declara mecânico, porém deixa de justar aos autos qualquer documento que comprove sua situação de hipossuficiência, sequer justificando-a.

As normas que disciplinam a gratuidade judiciária foram criadas para amparar os desvalidos e excluídos da sociedade, que não conseguem manter a própria subsistência e da sua família.

Há que ser concedido tal benefício a pessoas físicas ou jurídicas reconhecidamente incapazes de arcar com as despesas processuais. Se assim não fosse, haveria uma deturpação do real sentido da norma, que é o de garantir o acesso ao Poder Judiciário aos menos favorecidos.

O art. 99, §3º do CPC, estabelece a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Destaque-se que, sendo relativa a presunção de miserabilidade, pode o magistrado questionar *ex officio* alegação, caso encontre elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente, a fim de que o benefício não seja utilizado por aqueles que não se enquadram nas hipóteses legais.

Importante frisar, ainda, que o autor deu à causa o valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que deverá ser considerado para fins de cálculo das despesas processuais.

O CPC/2015 inovou no ordenamento jurídico quando, em seu art. 98, §§ 5º e 6º, previu a possibilidade de redução ou parcelamento das custas processuais, solução intermediária entre a concessão ou não do benefício. Tal regra foi recepcionada por este Tribunal através da Portaria Conjunta nº 02/2018.

Diante de tudo o que foi exposto, **intime-se** a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar nos autos sua situação de miserabilidade que justifique a concessão da Justiça Gratuita, podendo se valer de contracheque/holerite,



extratos de conta bancária e/ou cartão de crédito, declaração de imposto de renda dos últimos 02 (dois) anos, bem como toda e qualquer documentação que desejar, sob pena de indeferimento do benefício.

Poderá a parte autora, ainda, no mesmo prazo, requerer a redução do valor das custas e/ou seu parcelamento, nos termos explanados acima.

Deverá a parte, por fim, juntar aos autos guia de custas, nos termos da Portaria Conjunta n° 02/2018.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 19 de setembro de 2019.

Juiz(a) de Direito



Petição em PDF!



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA-PB

Proc. nº 0854418-08.2019.8.15.2001

Atendimento ao despacho contido no ID Nº 24555247

GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS, já qualificado nos Autos em apreço, em que litiga contra a LIDER SEGURADORA S/A, igualmente qualificada. Vem à presença de Vossa Excelência, por meio de seu Advogado que a esta subscreve, em atenção ao venerando despacho contido no ID acima, em tempo hábil, expor e requer o que se segue adiante:

MM JULGADOR, A indenização perseguida pelo promovente, aponta que o valor máximo a que está obrigada a pagar a seguradora Ré, é de R\$13.500,00 (treze mil e lquinhetos reais), isso é se a sequela produzida pelo sinistro seja de 100%, no caso em análise, só quem tem competência para atestar esse percentual de 0 a 100% é o perito que irá apontar, daí se não houver contestação, o valor a ser pago necessariamente terá que seguir ao que preconiza a Lei que regulamenta a matéria ventilada.

Como o Autor não possui recursos para arcar com o pagamento de custas processuais, por ser pobre na forma da Lei, e para tanto faz juntada nesta ocasião de Declaração fornecida pela Receita Federal e assinada de próprio punho pelo suplicante, que nunca declarou imposto de renda e xerox de sua CTPS. Onde se pode haver consulta, caso



exista dúvidas sobre o alegado. Aproveita o ensejo para reforçar o pedido de Justiça Gratuita.

Diante do Exposto requer:

Seja dado impulso ao feito, intimando as partes e seus representantes legais, bem como um Perito Oficial indicado pela Ré, para comparecer em Audiência a ser dignada por esse Juízo, no intuito de atestar a Debilidade e Deformidade de caráter permanente a que foi acometido o suplicante, em virtude do acidente sofrido.

Pugna pela concessão da Justiça gratuita com arrimo na Lei 1060/50, já que sua situação de miserabilidade, não permite arcar com o pgto de custas processuais, e honorários advocatícios, sem prejuízo do seu sustento e de sua Família.

Na mesma esteira seja a Seguradora Ré, condenada ao pagamento da indenização perseguida pelo promovente, no valor a que tem direito, ressaltando que esse valor só será conhecido após o PERITO atestar a Debilidade e Deformidade permanente do Autor. Bem como as custas e despesas processuais, e aos honorários Advocatícios, estes no percentual que fica a critério de Vossa Excelência.

Nestes Termos

Pede Deferimento

João Pessoa, 18 de maio de 2020.

Wellyngton José Cavalcanti de Lima

ADV.OAB-PB nº9.283

Keitiany Santos Cavalcanti Abath

Adv.OAB/PB nº 20.061





Declaração de Isenção do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)

Eu, GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS, RG/CNH nº 1049.594.2ºvi2
órgão expedidor: SSDS, UF: PB, CPF 450.411.844-34 endereço
Rua Romgel Truassos, nº 1114, Variação, CEP 55040-120
cidade de João Pessoa, telefone(s) () _____, **DECLARO** ser
isento(a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) no(s)
exercício(s) 2018, 2019 por não incorrer em nenhuma das hipóteses de
obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas (IN) da Receita Federal do Brasil (RFB).

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB nº 1548/2015 e a Lei nº 7.115/83*.

Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.

João Pessoa, 18 de Maio de 2020.

Gutemberg Gomes dos Santos

Assinatura

*Esclarecemos que a Receita Federal do Brasil não emite declaração de que o(a) cidadão(ã) está isento(a) de apresentar a Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF), pois a Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na internet, no seguinte endereço eletrônico: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento>

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre a prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador **04219944/0002-98**
 CNPJ/MF **MAXIMA MOTORSPORTS LTDA**
 Rua **Av. Pres. Getúlio Vargas, 182**
 Município **Est. CENTRO - CEP 58013-240**
 Esp. do estabelecimento **PESSOA - PB**
 Cargo **Mecânico** CBO nº **914415**
 Data admissão **09** de **Abril** de **2006**
 Registro nº **38** Fls./Ficha **38**
 Remuneração especificada **R\$ 423,00**
Quatrocentos e vinte e três reais
MAXIMA MOTORSPORTS LTDA
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
Ricardo Canuto
GERENTE
 1º
 2º
 Data saída **02** de **Maio** de **2007**
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
Charles Pereira Silveira
 1º
 2º
 Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador
 CNPJ/MF
 Rua Nº
 Município Est.
 Esp. do estabelecimento
 Cargo CBO nº
 Data admissão de de
 Registro nº Fls./Ficha
 Remuneração especificada

 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Data saída de de
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº



008 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR MOTOFÁCIL COMÉRCIO E SERV.
DE MOTOS LTDA
CGC/CNPJ/CEI 01.983.996/0001-65
ENDEREÇO PARQUE SALON DE LUCENA, 697
MUNICÍPIO JOÃO PESSOA UF PB
ESP. DO ESTABELECIMENTO COMÉRCIO
CARGO MECANICO
CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO 08 DE AGOSTO DE 2008
REGISTRO Nº 3222.8098 FLS. / FICHA
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA R\$ 516,00 (cincocentos e dez e seis reais)
ASS. DO EMPREGADOR OU A RGOO Q TESTEMUNHA

DATA DE SAÍDA 24 DE 11 DE 2008
ASS. DO EMPREGADOR OU A RGOO Q TESTEMUNHA

COM. DISPENSA CD Nº
FGTS Nº DA CONTA:

09 CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR
CGC/CNPJ/CEI
ENDEREÇO
MUNICÍPIO UF
ESP. DO ESTABELECIMENTO
CARGO
CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE
REGISTRO Nº FLS. / FICHA
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA
ASS. DO EMPREGADOR OU A RGOO Q TESTEMUNHA

DATA DE SAÍDA DE DE
ASS. DO EMPREGADOR OU A RGOO Q TESTEMUNHA

COM. DISPENSA CD Nº
FGTS Nº DA CONTA:



02

QUALIFICAÇÃO CIVIL

BRASILEIRO

NOME: GUTEMBERG GOMES DOS SANTOS

LOC. DE NASC.: JOAO PESSOA - PB

FILIAÇÃO: AMERICO GOMES DOS SANTOS

MARIA JOSE LOPES DOS SANTOS

DOC. APRESENTADO: R.G. 1049597 SSP PB

ESTADO CIVIL: CASADO

LEI Nº 043, DE 18 DE MARÇO DE 1995.

RG: 1049597

T. ELEITOR:

018630101236

SEÇÃO:

0332

CPF:

450.711.874-34

ZONA:

064

LOCAL DA EMISSÃO: DRT/PB

EMISSÃO: 11/05/2007

ASSINATURA DO EMISSOR

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

03

FILIAÇÃO

DATA DE NASC. DE

PARA

DOCUMENTO

MOTIVO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

MOTIVO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

MOTIVO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

NOME

DOCUMENTO

MOTIVO

ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR

L E G E N D A

A - CASAMENTO | C - DIVÓRCIO | E - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE | G - DATA DE NASCIMENTO
B - SEP. JUDICIAL | D - ADOÇÃO | F - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

TRABALHADOR

Esta é a sua **Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS**, documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro, desemprego e ao Fundo de Garantia do tempo de serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta, a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.



MINISTÉRIO DO TRABALHO
E EMPREGO
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP

123.69705.60-6

NÚMERO

2142425

SÉRIE

002-0

UF

PB

Galvão Gomes das Sauter

ASSINATURA DO TITULAR

POLEGAR DIREITO



GRANDE IMPRESSÃO DO DADO





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0854418-08.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: GUTENBERG GOMES DOS SANTOS
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que com a manifestação da parte promovente faço conclusão dos autos.

JOÃO PESSOA, 19 de maio de 2020
ANA CRISTINA PESSOA DINIZ





Poder Judiciário da Paraíba
3ª Vara Cível da Capital

Processo nº 0854418-08.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A experiência prática demonstra que as partes não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

JOÃO PESSOA, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito

